

#### ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

## PORTARIA NORMATIVA TC № 108, DE 22 DE JULHO DE 2020.

Altera a <u>Portaria TC nº 382, de 29 de setembro de</u> <u>2014</u>, que disciplina a utilização dos certificados digitais no âmbito interno, pelos funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE e demais usuários internos do processo eletrônico.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequar as nomenclaturas das unidades gerenciais envolvidas com a utilização dos certificados digitais no âmbito do TCE-PE;

**CONSIDERANDO** a necessidade definir a responsabilidade por inoperância, mau funcionamento ou inutilização da mídia criptográfica, bem como pelo seu extravio;

**RESOLVE** expedir a seguinte **Portaria Normativa**:

Art. 1º Os artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 11 e 12 da <u>Portaria TC nº 382, de 29 de</u> <u>setembro de 2014</u>, passam a vigorar com as seguintes redações:

	"Art.
3º	



### **ESTADO DE PERNAMBUCO** TRIBUNAL DE CONTAS

III – após a emissão do certificado digital informar o PUK e a senha
de revogação à Gerência de Registro Cadastral – GECD, envelope lacrado e
rubricado que será arquivado junto às informações funcionais; (NR)
VI – devolver à Gerência de Registro Cadastral – GECD o cartão
inteligente ou token, nos casos previstos nos incisos I a V do art. $6^{\circ}$ ; (NR)
VIII arear com as quetos de amissão de nove cortificado digital
VIII – arcar com os custos de emissão de novo certificado digital,
mediante desconto em folha de pagamento, em virtude de qualquer
ocorrência imputável ao titular que acarrete inoperância, mau
funcionamento ou inutilização da mídia criptográfica, bem como em caso
de seu extravio. (AC)
4.0
Art. 4º
§ $1^{\circ}$ A solicitação de certificado digital deverá ser realizada pelo
chefe imediato, através de Comunicação Interna - CI, com a devida
justificativa, encaminhada à Diretoria Geral – DG para autorização e
posteriormente enviada à Gerência de Registro Cadastral – GECD para as
providências cabíveis. (NR)
***************************************



### **ESTADO DE PERNAMBUCO** TRIBUNAL DE CONTAS

	Art.	5º
		•
	§ 	1º
	<b></b>	
	IV – gerente da Gerência de Registro Cadastral – GECD ou servid e designado; (NR)	or
organ	Art. 6º A Gerência de Registro Cadastral – GECD, é a unida izacional responsável pela solicitação de revogação do certificado, nos seguintes casos: (NR)	
	Art. 11. Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação – D E-PE: (NR)	TI
 (NR)	Art. 12. Cabe à Gerência de Registro Cadastral – GECD do TCE-P	E:
	<i>n</i>	



#### ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em 22 de julho de 2020.

# DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR Presidente